



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Gabinete JLS

REQUERIMENTO Nº 160 /2026

Assunto: Requer informações detalhadas acerca da situação operacional das motocicletas pertencentes à Guarda Municipal de Jaguariúna, bem como das razões administrativas que justificam a ausência desses veículos nas atividades de patrulhamento e apoio à segurança pública municipal.

Senhor Presidente,

Considerando a competência fiscalizatória atribuída ao Poder Legislativo pelo artigo 31 da Constituição Federal, pelo artigo 150 da Constituição do Estado de São Paulo e pela Lei Orgânica do Município;

Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando que os bens públicos afetados à atividade de segurança pública municipal devem ser utilizados de forma eficiente, contínua e compatível com sua finalidade institucional;

Considerando que as motocicletas da Guarda Municipal constituem importante instrumento operacional para o patrulhamento preventivo, deslocamento rápido em ocorrências, fiscalização de áreas públicas, proteção do patrimônio municipal e ampliação da presença ostensiva do Poder Público junto à população;

Considerando relatos e observações acerca da ausência recorrente das motocicletas da Guarda Municipal nas atividades operacionais, circunstância que suscita dúvidas quanto à efetiva utilização desses bens públicos, à regularidade dos serviços de manutenção eventualmente contratados e à eficiência da gestão administrativa relacionada à frota;



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

REQUEIRO à Mesa, após ouvido o Douto Plenário, nos termos regimentais, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para que encaminhe as seguintes informações e documentos:

1. Relação completa das motocicletas pertencentes à Guarda Municipal de Jaguariúna, contendo placa, marca, modelo, ano de fabricação, número patrimonial, quilometragem atual e situação operacional de cada veículo.

2. Informar quantas motocicletas encontram-se:

- a) em operação;
- b) em manutenção preventiva;
- c) em manutenção corretiva;
- d) aguardando peças;
- e) fora de uso ou baixadas.

3. Informar a data da última utilização operacional de cada motocicleta pertencente à Guarda Municipal.

4. Informar, individualmente, os motivos técnicos e administrativos que justificam a eventual indisponibilidade de cada motocicleta atualmente fora de operação.

5. Encaminhar cópia integral dos contratos vigentes ou executados nos exercícios de 2025 e 2026 destinados à manutenção preventiva e corretiva das motocicletas da Guarda Municipal, incluindo aditivos eventualmente celebrados.

6. Informar os valores empenhados, liquidados e pagos referentes à manutenção das motocicletas da Guarda Municipal nos exercícios de 2025 e 2026.

7. Encaminhar cópia dos relatórios de fiscalização contratual, relatórios de acompanhamento da execução, termos de vistoria, registros de ocorrências, notificações, pareceres técnicos e demais documentos produzidos pelos fiscais e gestores dos contratos de manutenção das motocicletas.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

8. Informar os nomes dos servidores designados como gestores e fiscais dos contratos de manutenção, encaminhando cópia dos respectivos atos de designação.

9. Informar se foram registradas ocorrências de atraso, descumprimento contratual, indisponibilidade de peças, falhas na prestação dos serviços ou qualquer situação que tenha comprometido a disponibilidade operacional da frota, encaminhando a documentação correspondente.

10. Informar se houve aplicação de penalidades, advertências, multas, glosas ou instauração de procedimentos administrativos em decorrência de eventual descumprimento contratual relacionado à manutenção das motocicletas.

11. Informar se a Administração Municipal realizou estudos, relatórios, avaliações ou análises acerca dos impactos operacionais decorrentes da eventual indisponibilidade das motocicletas para as atividades da Guarda Municipal, encaminhando cópia dos documentos existentes.

12. Informar quantos integrantes da Guarda Municipal possuem habilitação, capacitação e autorização para atuação em patrulhamento motorizado com motocicletas.

13. Informar se existe grupamento especializado de patrulhamento com motocicletas formalmente instituído no âmbito da Guarda Municipal e, em caso negativo, apresentar as razões administrativas para sua não implantação ou descontinuidade.

14. Considerando a importância estratégica das motocicletas para o patrulhamento preventivo e para a ampliação da presença da Guarda Municipal nas vias públicas, informar de forma objetiva e fundamentada quais razões administrativas, técnicas, operacionais ou gerenciais justificam a ausência desses veículos nas atividades regulares de policiamento e apoio à segurança pública municipal.

15. Informar quais medidas estão sendo adotadas para restabelecer a plena utilização da frota e qual a previsão para o retorno integral das motocicletas às atividades operacionais.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento decorre do dever constitucional de fiscalização atribuído ao Poder Legislativo e tem por finalidade verificar a regularidade da gestão patrimonial, da execução contratual e da aplicação dos recursos públicos destinados à manutenção da estrutura operacional da Guarda Municipal de Jaguariúna.

As motocicletas integrantes da frota da Guarda Municipal não constituem simples bens patrimoniais, mas instrumentos estratégicos destinados à ampliação da capacidade operacional do Município nas ações de patrulhamento preventivo, proteção dos bens públicos, apoio às atividades de fiscalização, atendimento de ocorrências e promoção da sensação de segurança da população.

A eventual permanência desses veículos fora de operação por período prolongado representa situação que demanda apuração rigorosa, especialmente diante dos investimentos públicos realizados para aquisição, manutenção, abastecimento e conservação desses equipamentos. A indisponibilidade injustificada de veículos operacionais pode comprometer a eficiência do serviço público, reduzir a capacidade de resposta da Guarda Municipal e acarretar progressiva deterioração patrimonial de bens adquiridos com recursos da coletividade.

Mais do que a simples existência física dos veículos, cabe ao Poder Público demonstrar que os recursos empregados em sua aquisição e manutenção estão efetivamente revertendo em benefício da população. A manutenção de bens públicos sem utilização compatível com sua finalidade institucional pode configurar gestão antieconômica, baixa eficiência administrativa e utilização inadequada dos recursos públicos, em afronta aos princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

Da mesma forma, a eventual existência de contratos de manutenção impõe à Administração Pública o dever permanente de acompanhamento, fiscalização e controle da execução contratual. A ausência de resultados práticos decorrentes dos serviços contratados, especialmente quando associada à indisponibilidade da frota, torna imprescindível a análise dos relatórios produzidos pelos fiscais e gestores dos contratos,



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

permitindo verificar a efetividade da fiscalização exercida pela Administração e a adequada aplicação dos recursos públicos.

O presente requerimento busca, ainda, esclarecer quais fatores administrativos, técnicos, operacionais ou gerenciais justificam a ausência das motocicletas no patrulhamento cotidiano do Município, considerando que tais veículos possuem características que permitem maior mobilidade, rapidez de deslocamento e ampliação da presença ostensiva da Guarda Municipal em bairros, áreas comerciais, praças, parques e demais espaços públicos.

A população de Jaguariúna tem o legítimo direito de conhecer as razões pelas quais equipamentos públicos destinados ao fortalecimento da segurança municipal eventualmente deixaram de cumprir sua finalidade operacional, bem como quais providências estão sendo adotadas para restabelecer sua plena utilização.

Por fim, o presente requerimento visa assegurar a observância dos princípios da eficiência, economicidade, transparência, planejamento, governança pública e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, fornecendo ao Poder Legislativo elementos concretos para avaliar a adequada utilização do patrimônio municipal e a efetividade das ações voltadas à segurança da população.

Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, 08 de junho de 2026



VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA

PROTOCOLO 00568/2026 – 08 06 2026

LIDO E APROVADO EM S.O – 09- 06-2026